

RECURSO ESPECIAL Nº 1.489.612 - PB (2014/0269732-8)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
RECORRENTE : BANCO NACIONAL DO NORTE S/A - EM LIQUIDAÇÃO
EXTRAJUDICIAL
ADVOGADOS : MARIA DE LOURDES SOUSA VIEIRA GOMES - PB001411
EDUARDO TASSO DE SOUZA E OUTRO(S) - PE029146
RECORRIDO : GUTEMBERG VENTURA FARIAS
ADVOGADO : GUTEMBERG VENTURA FARIAS (EM CAUSA PRÓPRIA) -
PB005562

DECISÃO

Trata-se de recurso especial manifestado por Banco Nacional do Norte S/A - Em Liquidação Extrajudicial, no qual se alega violação do art. 9º da Lei n. 8.177/1991, além de dissídio jurisprudencial. O acórdão recorrido está retratado na seguinte ementa (fl. 69):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PAGAMENTO DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS PELO BANORTE. LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. CÁLCULOS. CORREÇÃO MONETÁRIA. APLICAÇÃO EXCLUSIVA DA TR. DESCABIMENTO. CÁLCULOS DA CONTADORIA DO JUÍZO, SEGUNDO O MANUAL DA JUSTIÇA FEDERAL. RECURSO DESPROVIDO.

- A correção monetária do débito exequendo relativo aos honorários sucumbenciais deve observar os ditames do Manual de Cálculos da Justiça Federal, descabendo a aplicação apenas da TR, pois a Lei n.º 8.177/91, em seu art. 9.º, estabelece que esta deve servir como fator de indexação para fins apenas de juros de mora sobre os passivos de empresas concordatárias, em falência, em regime de liquidação extrajudicial (caso concreto), intervenção e sob administração especial temporária. Agravo de instrumento desprovido.

Sustenta o recorrente que é cabível a utilização da variação da TR - Taxa Referencial, no cálculo da correção monetária do débito em questão.

Afirma que a incidência da TR apenas é vedada para os contratos celebrados

anteriormente à Lei n. 8.177/1991.

Argumenta, ademais, que consta dos autos "a comprovação inequívoca de que o recorrente está submetido ao regime jurídico da liquidação extrajudicial, regulado na Lei n. 6.024, de 13 de março de 1974" (fl. 80).

Assim posta a questão, passo a decidir.

Destaco que o acórdão recorrido foi publicado antes da entrada em vigor da Lei n. 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme Enunciado Administrativo 2/2016 desta Corte.

Verifico que o Tribunal de origem consignou que a TR não serve como fator de correção monetária, devendo ser utilizada apenas como percentual de juros moratórios, conforme se extrai dos seguintes trechos (fls. 71/73):

(...)

O decisório de primeiro grau tenho-o por irretocável. Primeiro, transcrevo sua fundamentação, ao qual me acosto integralmente, **negrito** nosso:

Neste feito executivo, sustenta o exequente que o valor devido a título de honorários advocatícios está devidamente apurado através da planilha da Contadoria de f. 809, a qual apontou como devido o valor de R\$ 31.297,93, remissivo à agosto/2012.

O executado, por sua vez, sustenta que a importância devida pela verba honorária foi devidamente indicada nos cálculos da Contadoria de f. 819. Segundo sustenta, por força do art. 9º da Lei 8.177/91, sobre as obrigações das instituições em liquidação extrajudicial incidiria correção monetária com base na TR.

Para melhor análise da celeuma, cumpre transcrever o que dispõe o art. 9º da Lei 8.177/91, com redação dada pela Lei 8.218/91:

"Art. 9º A partir de fevereiro de 1991, incidirão juros de mora equivalentes à TRD sobre os débitos de qualquer natureza para com a Fazenda Nacional, com a Seguridade Social, com o Fundo de Participação PIS-Pasep, com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e sobre os passivos de empresas concordatárias, em falência e de instituições em regime de liquidação extrajudicial, intervenção e administração especial

temporária". (Grifei).

Da leitura do dispositivo acima, verifica-se que, no caso de aplicação da TR no caso em apreço, tal só poderia ocorrer com relação aos juros de mora e não à correção monetária. Com efeito, os juros contratuais contra a massa liquidanda, caso existissem no caso em tela, seriam aqui substituídos pelo estabelecido no art. 9º da Lei nº 8.177/91, que estipula a incidência de juros moratórios equivalentes à variação da TR com relação a instituições em regime de liquidação extrajudicial. Nessa linha de raciocínio, entendo que não assiste razão ao executado ao sustentar que a correção monetária deve ser apurada com a utilização da TR, posto que tal índice, como já exposto, se fosse o caso, apenas seria utilizado na apuração de eventuais juros moratórios.

De modo diverso, assiste razão ao exequente ao defender que é a planilha do auxiliar do juízo de f. 809 que deve ser acolhida, uma vez que, além de ter sido elaborada de acordo com os precisos termos da decisão 663/669, (modificada pelo agravo de instrumento decidido às f. 716/720), ou seja, sem a incidência de quaisquer juros ou multa diária, utilizou os ditames do Manual de Orientações de Procedimentos para Cálculos da Justiça Federal quanto aos indexadores da correção monetária.

Posto isso, acolho os cálculos da Contadoria Judicial de f. 809 para FIXAR o valor da execução dos honorários advocatícios no valor de R\$ 31.297,93 (trinta e um mil, duzentos e noventa e sete reais e noventa e três centavos), remissivo a agosto/2012.

Aliás, eis o seguinte aresto deste e. Tribunal, grifei:

TRIBUTÁRIO. REMESSA OFICIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. TÍTULO EXTRAJUDICIAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. TR - TAXA REFERENCIAL E TRD - TAXA REFERENCIAL DIÁRIA.

1. A sentença hostilizada foi proferida pela procedência dos embargos, em parte, apenas, para reduzir o valor do quantum executado e, conseqüentemente, da penhora, após a avaliação. Ficou determinado, que o recolhimento do tributo seja efetuado em seu valor histórico, apurado em liquidação, e corrigido monetariamente pelas unidades fiscais instituídas por lei federal,

destinadas a corrigir créditos tributários, vedando, expressamente, a utilização da TR - Taxa Referencial.

2. A jurisprudência é predominante no sentido de que a TR não serve como fator de correção monetária. Deve ser ela utilizada apenas como percentual de juros moratórios.

3. O Supremo Tribunal Federal, após o julgamento das ADIns 493 e 959-DF, no RE175678/MG (acórdão pub. em 04/08/1995), se pronunciou no sentido de que a TR "não foi excluída do universo jurídico, não entendeu que a TR não pode ser utilizada como índice de indexação. O que o Supremo Tribunal decidiu, nas referidas ADIns, é que a TR não pode ser imposta como índice de indexação em substituição a índices estipulados em contratos firmados anteriormente a Lei 8.177, de 01.03.91", pois, caso contrário, violaria os princípios constitucionais do ato jurídico perfeito e do direito adquirido. C.F., art. 5., XXXVI.

4. Como já se posicionou a Suprema Corte, é aplicável a TR instituída pela Lei n.º 8.177/91, na correção das contribuições sociais não recolhidas, na data de seus vencimentos.

5. Remessa Oficial e Apelação do INSS providas.

(PROCESSO: 200405990007980, AC339040/PE, RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO (CONVOCADO), Primeira Turma, JULGAMENTO: 26/07/2007, PUBLICAÇÃO: DJ 17/09/2007 - Página 1180)

Posto isso, nego provimento ao agravo de instrumento.

(...)

Com efeito, registro que o acórdão recorrido está em dissonância com a jurisprudência desta Corte, que já decidiu que a TR é o índice que deve ser utilizado para a correção do passivo das instituições em liquidação extrajudicial, caso dos autos. A propósito, confira-se:

Ação monitória. Contrato de abertura de crédito em conta-corrente, cheque especial. Instituição financeira em regime de liquidação extrajudicial. Compensação. Encargos contratuais.

Superior Tribunal de Justiça

1. Possível é a compensação quando o acórdão afirma que houve pagamento efetuado por terceiro para quitação do débito da empresa recorrida, não violando o julgado o disposto no art. 1.009 do Código Civil anterior.

2. A exclusiva utilização da TR nos termos do art. 9º, da Lei nº 8.177/91 alcança apenas o passivo das instituições sob o regime de liquidação extrajudicial, o que não é o caso do crédito objeto da ação monitória que faz parte do ativo do banco recorrente.

3. Recurso especial conhecido e provido, em parte.

(REsp 656.999/RJ, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, DJ de 18.6.2007, p. 256)

Em face do exposto, dou provimento ao recurso especial para fixar a TR como índice de correção monetária do débito exequendo relativo aos honorários sucumbenciais.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora